

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/27902</b>	<b>36293/2025</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DGOEP - [GESTAO INTERNA]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

**PROPOSTA PARA CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA A INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE PONTOS DE CARREGAMENTO DE BATERIAS DE VEÍCULOS ELÉTRICOS NO CONCELHO DE BRAGA**

#### CONSIDERANDO QUE:

- Braga foi um dos Municípios pioneiros na promoção da mobilidade elétrica em Portugal, tendo integrado a Rede Piloto para a Mobilidade Elétrica, RENER LL.
- Atualmente, a procura por soluções de carregamento tem vindo a crescer de forma significativa, acompanhando o aumento do número de veículos elétricos, tanto no concelho como em todo o país. Por esse motivo, torna-se essencial disponibilizar mais pontos de carregamento no Município, garantindo assim uma resposta eficaz às necessidades da população e contribuindo para uma mobilidade mais sustentável.
- A proposta de concessão de 25 lugares da Rede de Pontos de Carregamento de Veículos Elétricos (PCVE) no concelho de Braga assenta nos princípios da abrangência geográfica e da utilização por "conveniência", fundamentados na centralidade e acessibilidade da população, proximidade a equipamentos municipais ou serviços e potencial de uso nas deslocações diárias, visando ainda colmatar as lacunas existentes na cobertura geográfica no território de Braga e contemplar zonas ainda não servidas e/ou com deficiente cobertura de PCVE.



4. Com base nestes pressupostos, foi efetuada uma análise técnica que permitiu identificar a necessidade de instalar 25 novos Postos de Carregamento para Veículos Elétricos. Estes equipamentos serão colocados em diferentes freguesias, cobrindo uma grande parte do concelho e proporcionando à população mais soluções de carregamento próximas e acessíveis. A identificação dos respetivos locais de instalação consta do Anexo I do Caderno de Encargos, que faz parte da presente proposta.

5. Muito recentemente, a 14 de agosto de 2025, foi publicado o Decreto-Lei n.º 93/2025, que estabelece o regime jurídico da mobilidade elétrica, aplicável à organização, acesso e exercício das atividades relativas à mobilidade elétrica. Este regime, define como «*Ponto de carregamento*», a infraestrutura fixa ou móvel, ligada ou não à rede, que permita a transferência de eletricidade para um veículo elétrico e que, embora possa ter um ou mais conectores para permitir a utilização de diferentes tipos de conectores, é capaz de carregar um veículo elétrico, e exclui os dispositivos com uma potência igual ou inferior a 3,7 kW cuja finalidade principal não seja o carregamento de veículos elétricos.

6. Prevê o artigo 8.º do mencionado diploma que:

*«1- A utilização privativa de bens do domínio público destinados à instalação e operação de pontos de carregamento elétrico de veículos, nos termos do presente decreto-lei, depende da titularidade da respetiva licença.*

*2 - A licença referida no número anterior deve prever, pelo menos, a área necessária à colocação do ponto de carregamento, e a área necessária ao estacionamento dos veículos durante o respetivo carregamento, nos termos a aprovar por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da administração local, do ordenamento do território, da mobilidade e da energia.»*

7. Decorre do disposto no n.º 2 do artigo 20.º que «*A instalação de pontos de carregamento acessíveis ao público no domínio público depende da titularidade de licença de utilização privativa do domínio público para a instalação e operação de pontos de carregamento, sendo a decisão sobre o pedido de atribuição ou prorrogação da licença emitida pela entidade competente, devendo fixar as respetivas condições.*»

8. Importa ainda atentar ao disposto na Portaria n.º 222/2016, de 11 de agosto, que define os termos das referidas licenças de utilização privativa do domínio público e os direitos e deveres dos seus titulares.

9. O artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto (Regime Jurídico do Património Imobiliário Público - RJPIP), aqui aplicável por força do artigo 1.º n.º 1 a) estabelece as disposições gerais comuns sobre a gestão dos bens imóveis do domínio público das autarquias locais.

10. Nesse seguimento, dispõe o artigo 27.º do RJPIP que «*Os particulares podem adquirir direitos de uso privativo do domínio público por licença ou concessão.*»; por seu turno, no artigo 30.º do mesmo diploma legal, estipula-se que podem ser transferidos para particulares, durante um período determinado de tempo e mediante o pagamento de taxas,



poderes de gestão e de exploração de bens do domínio público, designadamente os de autorização de uso comum e de concessão de utilização privativa, o que deve ocorrer através de acto ou contrato administrativos.

11. O Município de Braga encontra-se obrigado a cumprir os princípios previstos no Código dos Contratos Públicos, designadamente os da transparência, da concorrência, da igualdade de tratamento e da não-discriminação, optou-se por submeter a concessão em mérito a procedimento de concurso público.

12. Perante estes factos, procedeu-se então ao desenvolvimento de um estudo, com vista a desencadear o respetivo procedimento para a instalação de 25 pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos, com os seguintes pressupostos:

*i.* Foram definidas as obrigações contratuais, quer do concessionário, quer do concedente, quanto à gestão e operação da rede de PCVE, as incumbências que os operadores terão de assumir no âmbito do contrato de concessão, assim como os níveis de serviço, tipologia de equipamentos e manutenção, conforme consta do Caderno de Encargos, e seus anexos;

*ii.* Definiu-se que a concessão será válida pelo prazo de 10 anos;

*iii.* Como contrapartida pela concessão, será considerada a melhor proposta apresentada pelos concorrentes, a pagar, semestralmente, ao Município. Este valor, expresso em percentagem, tem como valor base mínimo de licitação 5%, da faturação total recebida pelo OPC nas operações dos pontos de carregamentos instalados nos postos instalados nos locais a conceder.

*iv.* Definiu-se que os pontos de carregamento deverão ser implementados considerando uma solução do tipo “chave na mão”, sem qualquer encargo para o Município, em que o fornecimento, montagem, exploração e manutenção dos pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos, incluindo a execução de toda a infraestrutura de abastecimento de energia (ramal), deverá ficar totalmente a cargo do operador/ explorador dos pontos.

13. Ao abrigo do artigo 23.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (RJAL), que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, «*Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias*»; nesse seguimento, «*Os municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos seguintes domínios: b) da Energia; k) do Ambiente e saneamento básico; m) da Promoção do desenvolvimento;*»

14. Dispõe ainda o artigo 33.º, que *compete à câmara municipal: ee) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados,*



*por lei, sob administração municipal; qq) Administrar o domínio público municipal; ccc) Apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da competência desta.»*

15. A presente proposta, de Concessão do Direito de Uso Privativo de Espaço Público para a Instalação e Exploração de Pontos de Carregamento de Baterias de Veículos Elétricos em Locais de Acesso Público, consiste na prossecução de uma finalidade pública que visa responder às necessidades de dotar o Concelho de uma rede de mobilidade elétrica mais abrangente, consolidada e eficiente.

CONSIDERANDO AINDA QUE:

- Foi desenvolvido o bem como o programa do procedimento e o caderno de encargos, que fixa as condições da concessão, os quais se anexam à presente proposta;
- Nos termos na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º compete à Assembleia Municipal *«Autorizar a câmara municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais»;*

Nos termos do disposto nos artigos 8.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 93/2025 de 14 de agosto, na sua redação atual, na Portaria n.º 222/2016, de 11 de agosto e nas alíneas ee), qq) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, bem como da alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º, todos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **propõe-se que a Câmara Municipal de Braga delibere,**

1. Autorizar a abertura do **procedimento público para a concessão do direito de uso privativo de espaço público** para a instalação e exploração de 25 pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos, conforme documentos que se anexam, ao abrigo dos números 1 e 2 do artigo 31.º e 407.º e seguintes, todos do Código dos Contratos Públicos, pelo prazo de 10 anos;
2. Aprovar as peças do procedimento, designadamente o programa de procedimento, caderno de encargos e demais documentos patentes no procedimento, que se juntam, conforme alínea c) do n.º 1 do artigo 40.º do CCP, por força do n.º 2 do mesmo artigo;
3. Aprovar a constituição do Júri do procedimento, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 67.º do CCP, designando para esse efeito:



4. Delegar no júri nomeado, nos termos do n.º 2 do artigo 69.º do CCP a competência para prestar todos os esclarecimentos solicitados, proceder à apreciação das propostas, elaborar os respetivos relatórios de análises das propostas e realizar a audiência prévia;
5. Designar, como Gestor do Contrato, nos termos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, que ficará responsável pelo escrupuloso cumprimento do previsto no Caderno de Encargos, Maria José Alves, Chefe da Divisão de Gestão e Ocupação do Espaço Público.
6. **Submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de prévia autorização para a celebração do contrato de concessão, nas condições gerais previstas nas peças procedimentais, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL e do CCP.**

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**



## Índice

CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA A INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE PONTOS DE CARREGAMENTO DE BATERIAS DE VEÍCULOS ELÉTRICOS EM LOCAIS PÚBLICOS DE ACESSO PÚBLICO NO CONCELHO DE BRAGA.....	3
PROGRAMA DO PROCEDIMENTO.....	3
Cláusula 1ª.....	3
Disposições e Cláusulas por que se rege o Contrato .....	3
Cláusula 2ª.....	3
Entidade Pública Cedente.....	3
Cláusula 3ª.....	3
Objeto, Modalidade do Procedimento e Preço.....	3
Cláusula 4ª.....	4
Órgão que tomou a decisão de contratar .....	4
Cláusula 5ª.....	4
Prazo da concessão .....	4
Cláusula 6ª.....	4
Fundamentação da escolha do procedimento.....	4
Cláusula 7ª.....	4
Requisitos de Admissão .....	4
Cláusula 8ª.....	5
Forma e Modo de Apresentação da Proposta e dos documentos que as instruem.....	5
Cláusula 9ª.....	5
Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas.....	5
Cláusula 10ª .....	5
Documentos que que instruem a Proposta .....	6
Cláusula 11ª .....	6
Acesso às peças do procedimento.....	6
Cláusula 12ª .....	6
Prazo e Local de Apresentação das Propostas.....	6
Cláusula 13ª .....	7
Propostas variantes.....	7
Cláusula 14ª .....	7
Júri, Esclarecimentos e Retificação das Peças do Procedimento.....	7
CAPÍTULO II.....	8

Cláusula 15ª .....	8
Critérios de adjudicação.....	8
Cláusula 16ª .....	8
Critérios de desempate .....	8
Cláusula 17ª .....	8
Deliberações sobre as Propostas .....	8
Cláusula 18ª .....	9
Prazo da Validade da Proposta .....	9
Cláusula 19ª .....	9
Adjudicação.....	9
Cláusula 20ª .....	10
Caducidade da adjudicação .....	10
Cláusula 21ª .....	11
Documentos de habilitação .....	11
Cláusula 22ª .....	12
Regime de beneficiário efetivo.....	12
Cláusula 23ª .....	13
Caução .....	13
Cláusula 24ª .....	13
Prazo para apresentação dos documentos de habilitação.....	13
Cláusula 25ª .....	13
Aprovação da Minuta do Contrato .....	13
Cláusula 26ª .....	14
Contrato .....	14
Cláusula 27ª .....	14
Encargos do Adjudicatário .....	14
Cláusula 28ª .....	14
Taxas de ocupação de espaço público .....	14
Cláusula 29ª .....	15
Litígios.....	15
Cláusula 30ª .....	15
Reserva.....	15
Cláusula 31ª .....	15
Omissões .....	15

## **PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

### **CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA A INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE PONTOS DE CARREGAMENTO DE BATERIAS DE VEÍCULOS ELÉTRICOS EM LOCAIS PÚBLICOS DE ACESSO PÚBLICO NO CONCELHO DE BRAGA**

## **PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Cláusula 1ª**

##### **Disposições e Cláusulas por que se rege o Contrato**

1. Na concessão dos pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos abrangida pelo contrato observar-se-ão as cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante.
2. Consideram-se integrados no contrato o programa do procedimento, o caderno de encargos, a proposta concorrente, bem como todos os documentos que sejam referidos no título contratual ou no Caderno de Encargos.

#### **Cláusula 2ª**

##### **Entidade Pública Cedente**

1. Nos termos do artigo 2.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Contratos Públicos (doravante designado CCP), a entidade concedente é o Município de Braga, representado pela sua Câmara Municipal, sita na Praça Conde de Agrolongo, 4704-514, em Braga.
2. O contrato de Concessão objeto do presente procedimento será celebrado em nome do Município de Braga e outorgado nos termos do artigo 106, n.º 1 do CCP.

#### **Cláusula 3ª**

##### **Objeto, Modalidade do Procedimento e Preço**

1. Para efeitos da cláusula 1ª, o presente concurso tem por objeto a concessão, pelo prazo de 10 anos, do direito de uso privativo de espaço público para instalação e exploração de 25 pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos em locais públicos de acesso público no concelho de Braga, que compreende a execução de obra necessária à instalação de infra



estruturas, bem como a colocação e manutenção dos pontos de carregamento de acordo com as disposições estabelecidas no presente programa de concurso e no caderno de encargos.

2. A presente a concessão objeto do presente procedimento, é celebrada através do concurso Público, ao abrigo do disposto no número 1 do artigo 31.º e artigo 407 e seguintes, todos do CCP, na sua atual redação.

#### **Cláusula 4ª**

##### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

Nos termos do art.º 36.º do CCP, a decisão de contratar subjacente ao presente procedimento foi tomada por deliberação da Câmara Municipal de Braga datada de ...../...../....., tendo sido remetida a proposta de aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º para efeitos do disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e aprovada por deliberação datada de ...../...../.....

#### **Cláusula 5º**

##### **Prazo da concessão**

1. A concessão terá como prazo de duração **10 anos** a contar do início de vigência do contrato, nos termos da cláusula 3.º do caderno de encargos.
2. O período de vigência do contrato inicia a partir da data da última assinatura aposta no mesmo, sendo condição de eficácia e data de início da execução contratual.

#### **Cláusula 6º**

##### **Fundamentação da escolha do procedimento**

1. Compete à Câmara Municipal, de acordo com o previsto no artigo 33.º alínea “ee) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de **energia**, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”. Neste sentido e face ao objeto contratual, é adotado o procedimento de concessão previsto no n.º 1 do artigo 31.º e artigo 407 e seguintes.
2. O procedimento adotado é o Concurso Público, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, por aplicação dos limiares referidos na alínea c) do n.º 3 do artigo 474.º do mesmo Código.

#### **Cláusula 7ª**

##### **Requisitos de Admissão**

1. Podem concorrer ao Procedimento, todas as pessoas, singulares ou coletivas, nacionais e estrangeiras, que sejam titulares de licença de operador de pontos de carregamento de mobilidade elétrica, nos termos conjugados do Decreto-Lei nº 39/2010, de 26 de abril, na sua versão atual, e da Portaria nº 241/2015, de 12 de agosto, desde que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do CCP, salvo o disposto nos termos do artigo 55.º-A do CCP.

### **Cláusula 8ª**

#### **Forma e Modo de Apresentação da Proposta e dos documentos que as instruem**

1. A(s) proposta(s) e os documentos que a instruem serão apresentados através da **plataforma eletrónica** em uso nesta entidade sita em: <https://www.vortal.biz/pt>.
2. Os concorrentes deverão **assinar eletronicamente todos os documentos carregados** na Plataforma, mediante a utilização de Certificado de Assinatura Qualificada, de acordo com o artigo 54.º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto, sendo necessário selos temporais para a submissão de propostas.
3. Nos casos em que o Certificado Digital **não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura**, deve a entidade interessada **submeter à Plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante:**
  - a. **Certidão do registo comercial** ou no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial **da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos**, e/ou
  - b. **Procuração** que confira a este último, poderes para o efeito, feita pelo interessado a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário ou um organismo profissional qualificado.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto.

### **Cláusula 9ª**

#### **Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas**

1. No dia imediato ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, o Júri procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica Vortal.
2. O interessado que não tenha sido incluído na lista de concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias, contados da publicação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da respetiva apresentação da proposta.

### **Cláusula 10ª**

### **Documentos que que instruem a Proposta**

A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

1. Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP, reproduzido neste presente Programa.
2. Documentos que contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, a saber:
  - a. Declaração com a percentagem da faturação a pagar pelo concessionário, durante o período da concessão, através da apresentação do modelo constante do Anexo II do presente Programa;
3. Cópia de licença de operador de pontos de carregamento de mobilidade elétrica, nos termos conjugados do Decreto-Lei n.º 39/2010 de 26 de abril, na sua versão atual, e a Portaria n.º 241/2015 de 12 de agosto.
4. Memória descritiva dos equipamentos (propostos a serem instalados em cada um dos locais (ID), com identificação da marca, modelo, tipologia de carregamento e potência de carregamento em DC (corrente contínua) e AC (corrente alternada).
5. Todos os documentos devem ser apresentados em português ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

### **Cláusula 11ª**

#### **Acesso às peças do procedimento**

1. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública Vortal com o endereço <https://www.vortal.biz/pt>
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e download das peças de procedimento.
3. Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante ou o gestor do procedimento/júri e os interessados, os concorrentes ou o adjudicatário, relativas na fase de formação do contrato, devem ser efetuadas através da plataforma eletrónica atrás referida, nos termos dos artigos 467º a 469º do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 12ª**

#### **Prazo e Local de Apresentação das Propostas**

1. As propostas e os documentos que a instruem serão entregues até às **23H59m do 60.º dia** a contar da data de envio do anúncio para publicação.

2. Sempre que o termo do prazo definido para a apresentação de propostas coincidir com dia em que os serviços da entidade adjudicante estejam encerrados, transfere-se o mesmo para o primeiro dia útil seguinte.
3. A transferência do termo do prazo definido no número 1, por força do estabelecido no número 2, não determinará qualquer alteração aos prazos que estejam associados ao prazo definido para a apresentação de propostas.

### **Cláusula 13ª**

#### **Propostas variantes**

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de proposta(s) variante(s).

### **Cláusula 14ª**

#### **Júri, Esclarecimentos e Retificação das Peças do Procedimento**

1. O concurso é conduzido por um júri composto no mínimo por três membros efetivos, um dos quais preside, e dois suplentes.
2. Cabe ao Júri prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.
3. Para efeitos de análise e avaliação das propostas, face às especificações técnicas, de cada um dos lotes, o Júri poderá, nos termos do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 72.º do CCP, solicitar aos concorrentes esclarecimentos e documentação comprovativa que não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
4. No caso de não ser apresentada mais do que uma proposta, o júri poderá ser dispensado nos termos do n.º 4 do artigo 67.º do CCP, sendo as suas funções exercidas pela Divisão de Contratação Pública.
5. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, e apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetadas.
6. Os esclarecimentos, a que se refere o número anterior, serão prestados pelo Júri, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
7. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
8. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são disponibilizados na plataforma eletrónica Vortal e juntos às

peças do procedimento, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto, prevalecendo sobre as demais em caso de divergência.

9. Todas as notificações e comunicações entre a entidade pública concedente, o júri do concurso e os interessados, referidos no presente artigo, serão efetuadas através da plataforma eletrónica Vortal, nos termos do artigo 61º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.

## **CAPÍTULO II**

### **CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO, CONCORRENTES E ATO PÚBLICO**

#### **Cláusula 15ª**

##### **Critérios de adjudicação**

A adjudicação será atribuída ao concorrente que apresentar a proposta que detenha o valor em percentagem mais elevado.

#### **Cláusula 16ª**

##### **Critérios de desempate**

Caso, após a apreciação e avaliação das propostas, se verifique situação de empate no primeiro classificado, para o desempate serão privilegiadas as propostas que considerem a instalação de mais pontos de carregamento do tipo rápido, com maior potência de carregamento, sendo atribuídos os fatores de ponderação considerados na fórmula apresentada no ANEXO III. A tipologia mínima dos carregadores, a instalar em cada um dos locais, está definida no ANEXO III. Os pontos de carregamento do tipo semirrápido deverão ter uma potência de carregamento AC mínima de 22 kW. Para esses locais, os concorrentes poderão, caso assim o pretendam, propor a instalação de pontos de carregamento do tipo rápido. Os pontos de carregamento do tipo rápido deverão ter uma potência de carregamento DC mínima de 50 kW.

#### **Cláusula 17ª**

##### **Deliberações sobre as Propostas**

1. As propostas são analisadas de acordo com o critério de adjudicação estabelecido na Cláusula 15ª deste programa de procedimento.
2. Após análise das propostas o Júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas.
3. No relatório preliminar o Júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas, nos termos dos artigos 70º e 146º, ambos do CCP.

4. O Júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito de análise e da avaliação das propostas, ao abrigo do artigo 72º do CCP.
5. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão.
6. Os pedidos do Júri, bem como as respetivas respostas, são disponibilizadas na plataforma eletrónica, e todos os concorrentes notificados desse facto.
7. Elaborado o relatório preliminar, o Júri procede à audiência prévia, enviando-o a todos os concorrentes e concedendo-lhes o prazo de **5 dias úteis** para que se pronunciem por escrito.
8. Cumprido o disposto no número anterior, o Júri elabora um relatório fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, efetuadas ao abrigo da audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta caso se verifique, nesta fase, a ocorrência dos motivos previstos no nº 2 do artigo 146º do CCP.
9. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constantes do relatório preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia nos termos indicados no n.º 1 do presente artigo.

#### **Cláusula 18ª**

##### **Prazo da Validade da Proposta**

1. Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas Propostas durante o período mínimo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data do ato público do Procedimento.
2. O prazo referido no número anterior considera-se automaticamente prorrogado se os concorrentes nada requererem ao contrário.

#### **Cláusula 19ª**

##### **Adjudicação**

1. Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei e no presente programa de procedimento, a entidade pública adjudicante, com base no relatório final fundamentado elaborado pelo Júri, escolhe a melhor proposta.
2. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, através da plataforma eletrónica Vortal, acompanhada do respetivo relatório final de análise das propostas.

3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o concorrente adjudicatário é igualmente notificado para:
  - a) Apresentar os documentos de habilitação, exigidos nos termos do artigo 21º do presente programa, no prazo de 10 dias úteis;
  - b) Prestar caução devida, no prazo de 10 dias úteis, nos termos do disposto nos artigos 88.º a 90.º do CCP, e Anexo IV ao presente;
  - c) Confirmar no prazo de 5 dias úteis, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
4. Não haverá lugar a adjudicação se:
  - a) Nenhum concorrente apresentar proposta;
  - b) Todas as propostas tiverem sido excluídas;
  - c) Por circunstâncias imprevistas, for necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para apresentação das propostas;
  - d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.
5. A decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar.

#### **Cláusula 20ª**

##### **Caducidade da adjudicação**

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
  - a) No prazo de 10 dias úteis fixado para o efeito;
  - b) No prazo que lhe for fixado quando se tratar de documento de habilitação que lhe venha a ser exigido nos termos do artigo 81º, nº 8 do CCP;
  - c) Redigidos em língua portuguesa ou, quando for o caso, acompanhados da tradução devidamente legalizada.
2. Quando as situações referidas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, conceder-se-á, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
3. Sem prejuízo de participação criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina, também, a caducidade da adjudicação.
4. Caduca igualmente a adjudicação se o adjudicatário não confirmar os compromissos referidos no artigo 17º nº 3 alínea c) deste programa de procedimento, no prazo fixado para o efeito ou até ao termo da respetiva prorrogação que lhe for concedida para o efeito.
5. Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar adjudica a proposta ordenada em lugar subsequente.

6. A adjudicação caduca, ainda, se, no prazo de 10 dias úteis, nos termos do disposto no artigo 91.º do CCP, não for prestada caução.

### **Cláusula 21ª**

#### **Documentos de habilitação**

1. O adjudicatário deve apresentar, a reprodução dos documentos de habilitação referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo da possibilidade conferida no n.º 10 do mesmo artigo, caso o adjudicatário se encontra registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, a saber:
  - a. Declaração emitida conforme o modelo constante do **Anexo II** ao presente Convite, do qual faz parte integrante.
  - b. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a contribuições para a **segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP.
  - c. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente **a impostos** devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea e) do art.º 55.º do CCP.
  - d. Certificado de **registo criminal**, do próprio no caso de pessoas em nome individual, ou **dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência** em efetividade de funções **e da própria pessoa coletiva**, ou documento equivalente, no caso de entidades coletivas, como previsto na alínea b) e h) do art.º 55.º e do art.º 83.º-A do CCP, com a inscrição no fim a que se destina “Contratação Pública”.
  - e. Cópia da **certidão do registo comercial** ou o código de acesso à certidão permanente ou da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial. <sup>1</sup>
  - f. Declaração de início de atividade.<sup>2</sup>
  - g. Documentos de habilitação previstos no número 3 do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro, quando for o caso.
  - h. Documentos de habilitação previstos no número 4 do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro, quando for o caso.
2. Documento comprovativo de licença de operador de pontos de carregamento de mobilidade elétrica, nos termos do nos Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de abril, na sua versão atual, e Portaria n.º 241/2015, de 12 de agosto.

<sup>1</sup> Não aplicável a entidades não comerciais.

<sup>2</sup> Aplicável no caso de a adjudicação ser a uma entidade em nome individual.



3. **Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas do adjudicatário ou documento legal certificativo de que é "uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei", considerando o disposto no n.º 9 do artigo 81.º do CCP.**

4. O órgão competente para a decisão de contratar poderá solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste deste programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, caso em que será, nos termos do n.º 8 do artigo 81.º do CCP, fixado prazo para o efeito.

5. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, sendo que, quando os mesmos, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos numa outra língua, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

6. Quando os documentos de habilitação, ou alguns deles, se encontrem disponíveis na internet o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde os documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

7. O órgão competente para a decisão de contratar notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação, os quais serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, mediante o mesmo meio que foi admissível para apresentação das propostas.

## **Cláusula 22ª**

### **Regime de beneficiário efetivo**

1. Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá ainda apresentar o **documento comprovativo de registo no RCBE<sup>3</sup>**, ou respetivo código de acesso.

2. Tendo em consideração o disposto no artigo 37.º, nº 1, alínea b), da Lei nº 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, proíbe a celebração decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.

3. Ao adjudicatário será concedido um prazo de 5 dias para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º - A do CCP.

---

<sup>3</sup> Estão excluídas da apresentação do RCBE as entidades identificadas no artigo 4.º do Anexo, da Lei 89/2017, de 21 de agosto

### **Cláusula 23ª**

#### **Caução**

O valor da caução é de 2% da utilidade económica da concessão, conforme o previsto no número 3 do artigo 89.º do CCP, devida a partir da celebração do contrato, no prazo de 10 dias úteis após a receção da notificação da decisão de adjudicação, mediante um dos seguintes modos:

- a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da Câmara Municipal de Braga, nos termos do modelo constante do Anexo V ao presente Programa de Procedimento, que dele faz parte integrante;
- b) Mediante Garantia Bancária ou Seguro-Caução, nos termos do modelo constante do Anexo IV ao presente Programa de Procedimento, que dele faz parte integrante.

### **Cláusula 24ª**

#### **Prazo para apresentação dos documentos de habilitação**

1. O adjudicatário deve apresentar os documentos **no prazo máximo de 5 (cinco) dias** após a notificação da adjudicação.
2. Para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o adjudicatário **dispõe de um prazo de 5 (cinco) dias** para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP
3. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, **por um período não superior a 5 (cinco) dias**, por solicitação do adjudicatário ao órgão competente para a decisão de contratar. *(n.º 2 do art.º 85º do CCP).*
4. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado do facto ocorrido, para que, **no prazo de 5 (cinco) dias** se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia. *(n.º 2 do art.º 86º do CCP).*
5. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, por um facto que não seja imputável ao adjudicatário, o prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por solicitação do adjudicatário ao órgão competente para a decisão de contratar, **por um período não superior a 5 (cinco) dias**. *(n.º 3 do art.º 86º do CCP).*

### **Cláusula 25ª**

#### **Aprovação da Minuta do Contrato**

1. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos **5 (cinco) dias** subsequentes à respetiva notificação.
2. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar a mesma é notificada ao adjudicatário, a qual se considera aceite por este quando haja aceitação expressa ou quando dela não reclame nos 5 dias subsequentes à respetiva notificação.
3. As reclamações à minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos nos termos do artigo 99º, nº 2 do CCP.

#### **Cláusula 26ª**

##### **Contrato**

1. A Outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
  - a. Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação, exceto quando tenha sido apresentada uma única proposta; o procedimento tenha sido realizado ao abrigo de um acordo-quadro, não tenha sido publicado no JOUE, conforme previsto no n.º 4 do artigo 95.º do CCP.
  - b. Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
  - c. Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida.
2. O órgão competente para a decisão de contratar remete ao adjudicatário, para assinatura o contrato, devendo a assinatura ocorrer por meio de aposição de assinatura eletrónica.
3. O prazo para a outorga e remessa (devolução) do contrato por parte do 2.º outorgante é de 5 dias.

### **CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Cláusula 27ª**

##### **Encargos do Adjudicatário**

Todas as despesas e os encargos inerentes à celebração do contrato são da responsabilidade do concessionário.

#### **Cláusula 28ª**

##### **Taxas de ocupação de espaço público**

1. Não serão aplicadas quaisquer taxas de ocupação de espaço público para atribuição do direito de uso privativo de espaço público para a instalação, operação e exploração dos

pontos de carregamento objeto do presente procedimento, bem como as correspondentes para a execução de trabalhos de intervenção em subsolo municipal e respetivos condicionamentos de trânsito.

2. Deverá o Operador do Posto de Carregamento, no entanto, solicitar os respetivos condicionamentos de trânsito e autorizações para intervenção no subsolo municipal, sendo a sinalização de segurança nos locais alvos de intervenção e respetivo acompanhamento policial da sua inteira responsabilidade.

#### **Cláusula 29ª**

##### **Litígios**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, nos termos do disposto no DL n.º 174/2019, de 13 de dezembro, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula 30ª**

##### **Reserva**

Caso não seja apresentada nenhuma proposta, ou não seja adjudicada a cedência da exploração, a Câmara reserva-se no direito de proceder, dentro do prazo de 60 dias, ao ajuste direto dos espaços, por valor não inferior ao valor base da adjudicação.

#### **Cláusula 31ª**

##### **Omissões**

1. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente procedimento aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e demais legislação nacional e comunitária em vigor.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o concessionário será obrigado a respeitar as normas contidas nos regulamentos em vigor, na legislação laboral al, todas as disposições relativas a seguros sociais, acidentes, segurança e higiene no trabalho.

## **ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO**

(a que se refere a alínea a), n.º 1 do art.º 57.º do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações vigentes)

1. (nome, número de documento de identificação<sup>4</sup> e morada), na qualidade de representante legal de<sup>5</sup> (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada<sup>6</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo<sup>7</sup>:
  - a. ....
  - b. ....
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de

---

<sup>(4)</sup> Indicar o n.º do BI ou do CC

<sup>(5)</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

<sup>(6)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

<sup>(7)</sup> Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local, data e assinatura)<sup>8</sup>.

---

(<sup>8</sup>) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

## ANEXO II - ANEXO MODELO DA PROPOSTA

\_\_\_\_\_ (indicar nome ou denominação social, profissão ou objeto social, morada ou sede), pessoa coletiva nº \_\_\_\_\_, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de \_\_\_\_\_, com o capital social de \_\_\_\_\_, depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento por concurso público internacional nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ para a "**CONCESSÃO** \_\_\_\_\_", a que se refere o anúncio de procedimento nº \_\_\_\_\_ datado de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, obriga-se a celebrar e executar o contrato em conformidade com o respetivo caderno de encargos, mediante o pagamento, durante o prazo da concessão, a seguinte percentagem:

\_\_\_\_\_ percentagem do valor da faturação.

O qual acresce o imposto sobre o valor acrescentado de \_\_\_\_\_%

Mais declara que renúncia a qualquer foro especial, e se submete, em tudo o que respeitar à execução do respetivo contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor e aceita como competente para dirimir qualquer conflito relacionado com a execução de tal contrato o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data...

Assinatura...

### ANEXO III - AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS / CRITÉRIO DE DESEMPATE

Em caso de empate, será privilegiada a proposta que considere a instalação de mais pontos de carregamento do tipo rápido, com maior potência de carregamento, sendo atribuídos os fatores de ponderação considerados na fórmula infra apresentada:

$$CD = 0,8 \times \sum_{i=1}^n PR_i + 0,2 \times \sum_{j=1}^m PS_j$$

em que o Critério de Desempate ( $CD$ ) é calculado com base na Potência de carregamento DC (em kW) de tipologia RÁPIDA de cada ponto ( $PR_i$ ) desde  $i = 1$  até  $n$ , onde  $n$  é o número total de pontos deste tipo e na Potência de carregamento AC (em kW) de tipologia SEMIRRÁPIDA de cada ponto ( $PS_j$ ) desde  $j = 1$  até  $m$ , onde  $m$  representa o número total de pontos desta segunda tipologia.

Será classificada em primeiro lugar a proposta que obtiver um valor de  $CD$  mais elevado.

**Nota 1:** As potências de carregamento  $PS_j$  não poderão ser inferiores 22 kW, em cada um dos pontos.

**Nota 2:** As potências de carregamento  $PR_i$  não poderão ser inferiores a 50 kW, em cada um dos pontos.



**ANEXO IV**  
**MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/ SEGURO CAUÇÃO**

Garantia bancária/seguro de caução (*eliminar o que não interessar*) n.º \_\_\_\_\_

Em nome e a pedido de \_\_\_\_\_ (*adjudicatário*), vem o(a) \_\_\_\_\_ (*instituição garante*), pelo presente documento, prestar, a favor de \_\_\_\_\_ (*entidade adjudicante beneficiária*), uma garantia bancária/seguro-caução (*eliminar o que não interessar*), até ao montante de \_\_\_\_\_ (*por algarismos e por extenso*), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do \_\_\_\_\_ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 6 e 8 / 7 e 8 (*eliminar o que não interessar*) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 2% do preço contratual anual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, e com ela o banco garante assumir o compromisso irrevogável de pagar, logo à primeira solicitação e sem direito de protesto ou reclamação ou qualquer reserva, toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (*eliminar o que não interessar*) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia entra em vigor na data da sua emissão e permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo Município de Braga, através do seu Presidente, não podendo ser anulada ou alterada sem o seu consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

[*Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)*]

Data, assinatura e selo branco do Banco ou assinatura eletrónica qualificada

**ANEXO V**  
**MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO**

Para os devidos efeitos, \_\_\_\_\_ (*sede, filial, agência ou delegação da entidade bancária*), declara que \_\_\_\_\_ (*nome do adjudicatário*), com sede em \_\_\_\_\_ (*morada*), nos termos e para os efeitos previstos dos n.ºs 3 e 4 do 90.º do Código dos Contratos Públicos, depositou neste Banco a quantia de \_\_\_\_\_ €, como caução exigida para \_\_\_\_\_ (*identificação do procedimento*).

Este depósito, sem reservas, fica à ordem de \_\_\_\_\_ (*entidade adjudicante*).

A presente caução permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua liberação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento.

Data

Assinatura

Caderno de Encargos

CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA A  
INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE PONTOS DE CARREGAMENTO DE BATERIAS DE  
VEÍCULOS ELÉTRICOS EM LOCAIS PÚBLICOS DE ACESSO PÚBLICO NO CONCELHO  
DE BRAGA

## Índice

<b>Capítulo I Disposições gerais .....</b>	<b>4</b>
Cláusula 1. <sup>o</sup> - Objeto e âmbito do procedimento .....	4
Cláusula 2. <sup>a</sup> - Contrato .....	4
Cláusula 3. <sup>a</sup> - Prazo da concessão .....	4
Cláusula 4. <sup>a</sup> - Contrapartida pela concessão .....	5
Cláusula 5. <sup>a</sup> - Gestor do contrato .....	5
Cláusula 6. <sup>a</sup> - Fiscalização .....	6
Cláusula 7. <sup>a</sup> - Acompanhamento da execução do contrato .....	6
Cláusula 8. <sup>a</sup> - Perfil e identificação do pessoal .....	6
<b>Capítulo II - Obrigações contratuais .....</b>	<b>6</b>
Cláusula 9. <sup>a</sup> - Obrigações do concessionário .....	6
Cláusula 10. <sup>a</sup> - Obrigações da concedente.....	8
Cláusula 11. <sup>a</sup> - Extinção da licença.....	8
Cláusula 12. <sup>o</sup> - Demais obrigações legais .....	11
Cláusula 13. <sup>a</sup> - Encargos com direitos de propriedade intelectual ou industrial.....	11
<b>Capítulo III – Execução da obra .....</b>	<b>11</b>
Cláusula 14. <sup>a</sup> – Local de instalação dos pontos de carregamento elétricos .....	11
Cláusula 15. <sup>a</sup> – Preparação e planeamento da execução da obra.....	11
Cláusula 16. <sup>a</sup> – Instalações provisórias .....	13
Cláusula 17. <sup>a</sup> – Redes de Água, de Esgotos, de Energia Elétrica e de Telecomunicações .....	13
Cláusula 18. <sup>a</sup> – Equipamento.....	14
Cláusula 19. <sup>a</sup> – Desmontagem do Estaleiro e das Instalações, Reparações e Reposições.....	14
Cláusula 20. <sup>a</sup> – Trabalhos de Proteção e Segurança .....	14
Cláusula 21. <sup>a</sup> – Demolições .....	15
Cláusula 22. <sup>a</sup> – Remoção de vegetação.....	15
Cláusula 23. <sup>a</sup> – Implantação e Piquetagem .....	16
Cláusula 24. <sup>a</sup> – Modificação do plano de trabalhos .....	16
Cláusula 25. <sup>a</sup> – Prazo de execução da obra.....	16
Cláusula 26. <sup>a</sup> – Cumprimento do plano de trabalhos.....	17
Cláusula 27. <sup>a</sup> – Multas por violação dos prazos contratuais .....	17
Cláusula 28. <sup>a</sup> – Incumprimento do plano de trabalhos .....	17
Cláusula 29. <sup>a</sup> – Atos e direitos de terceiros .....	18
Cláusula 30. <sup>a</sup> - Informações preliminares sobre o local da obra .....	18
Cláusula 31. <sup>a</sup> – Condições gerais de execução dos trabalhos.....	18
Cláusula 32. <sup>a</sup> – Suspensão dos trabalhos .....	18
Cláusula 33. <sup>a</sup> – Erros ou omissões dos documentos do Município de Braga .....	19

Cláusula 34. <sup>a</sup> - Menções obrigatórias no local dos trabalhos .....	19
Cláusula 35. <sup>a</sup> - Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição .....	19
Cláusula 36. <sup>a</sup> – Defeitos de Execução .....	20
Cláusula 37. <sup>a</sup> – Características dos Equipamentos, Materiais e Elementos de Construção.....	21
Cláusula 38. <sup>a</sup> - Casos Especiais .....	21
Cláusula 39. <sup>a</sup> – Depósito e Armazenagem de Equipamentos, Materiais ou Elementos de Construção .....	22
Cláusula 40. <sup>a</sup> – Remoção de Equipamentos, Materiais ou Elementos de Construção .....	22
Cláusula 41. <sup>a</sup> – Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados...	23
Cláusula 42. <sup>a</sup> – Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra .....	23
Cláusula 43. <sup>a</sup> – Outros encargos do concessionário .....	23
Cláusula 44. <sup>a</sup> – Obrigações gerais.....	24
Cláusula 45. <sup>a</sup> – Horário de trabalho .....	25
Cláusula 46. <sup>a</sup> – Segurança, higiene e saúde no trabalho .....	25
<b>Capítulo IV - Caducidade e resolução do contrato .....</b>	<b>26</b>
Cláusula 47. <sup>a</sup> – Caducidade e Resolução por parte do contraente público.....	26
Cláusula 48. <sup>a</sup> – Contratos de seguros .....	26
<b>Capítulo V - Disposições finais.....</b>	<b>27</b>
Cláusula 49. <sup>a</sup> – Deveres de informação.....	27
Cláusula 50. <sup>a</sup> – Subcontratação.....	27
Cláusula 51. <sup>a</sup> – Cessão da posição contratual .....	27
Cláusula 52. <sup>a</sup> - Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais .....	28
Cláusula 53. <sup>a</sup> - Foro competente.....	30
Cláusula 54. <sup>a</sup> - Comunicações e notificações .....	30
Cláusula 55. <sup>a</sup> - Contagem dos prazos.....	30
Cláusula 56. <sup>a</sup> - Legislação aplicável.....	30
Cláusula 57. <sup>a</sup> - Informação, sigilo e proteção de dados pessoais .....	30
LISTA DE ANEXOS .....	31

## **Capítulo I Disposições gerais**

### **Cláusula 1.º - Objeto e âmbito do procedimento**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as Cláusulas a incluir no contrato a celebrar no âmbito do concurso público de concessão do direito de uso privativo de espaço público que tem por objeto instalação e exploração de 25 pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos em locais públicos de acesso público no concelho de Braga, localizados conforme descrito e identificados no Anexo I, que compreende a execução de obra necessária à instalação de infraestruturas, bem como a colocação e manutenção dos pontos de carregamento.

### **Cláusula 2.ª - Contrato**

1. O contrato será reduzido a escrito nos termos do artigo 94.º do CCP, sem prejuízo do disposto no artigo 96.º, sendo o mesmo composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os esclarecimentos, retificações e alterações às peças procedimentais identificados pelos interessados, desde que o órgão competente para a decisão de contratar tenha prestado os esclarecimentos solicitados ou se tenha pronunciado sobre os erros e as omissões identificados;
  - b) O presente Caderno de Encargos;
  - c) A proposta adjudicada;
  - d) Os esclarecimentos à proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem nele enunciada.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar e aceites pelo cocontratante, de acordo com o CCP.

### **Cláusula 3.ª - Prazo da concessão**

1. O direito de uso privativo de espaço público para instalação, operação e exploração dos pontos de carregamento objeto do presente procedimento é concedido pelo prazo de 10 anos.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a extinção da licença de operador de pontos de carregamento (OPC) faz extinguir igualmente a licença de utilização privativa do domínio público objeto do presente procedimento.
3. Findo o prazo, ou extinguindo-se, por qualquer razão, a licença de operador e, concomitantemente, a de utilização privativa, o titular do direito deve retirar os equipamentos de que é proprietário e desocupar todos os espaços, garantindo que estes fiquem livres e em bom estado de conservação, sem que haja direito a qualquer indemnização, seja a que título for, num prazo máximo de 45 dias úteis. Salvo se as partes chegarem a acordo sobre a transferência da propriedade dos equipamentos, armário e infraestruturas em subsolo, para o Município.
4. Findo o mencionado prazo de 45 dias, sem que o operador retire os equipamentos de que é proprietário e desocupe todos os espaços, o Município de Braga poderá desde logo proceder à retirada dos equipamentos imputando ao operador os custos incorridos com a operação, para além de eventuais indemnizações daí resultantes.

#### **Cláusula 4.ª - Contrapartida pela concessão**

1. O valor base mínimo para garantir o direito de uso privativo de espaço público para a instalação dos novos postos de carregamento de baterias de veículos elétricos nos locais identificados é de 5% (cinco por cento) da faturação total recebida pelo OPC nas operações dos pontos de carregamentos instalados nos postos identificados.
2. A proposta vencedora, será a que apresentar o valor em percentagem mais elevado a pagar, semestralmente, ao Município de Braga. Os valores propostos pelos concorrentes deverão ser apresentados com arredondamento à unidade percentual, não sendo permitida a apresentação de valores com casas decimais (exemplos válidos: 5% - 6% - 7% - etc.).
3. Os valores referentes à percentagem da faturação total recebida pelo OPC são pagos, no prazo de 30 (trinta) dias após o final de cada semestre.
4. No primeiro ano de vigência do contrato, haverá lugar a um único pagamento no final do ano civil.
5. Em cada pagamento, deverá o OPC remeter relatório detalhado de faturação por cada ponto de carregamento instalado.

#### **Cláusula 5.ª - Gestor do contrato**

1. A entidade adjudicante, nos termos do previsto da alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º e do artigo 290.º-A do CCP, designará o(s) gestor(es) do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.
2. Caso o(s) gestor(es) designado(s) detete(m) desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve(m) comunicá-los de imediato ao órgão competente,

propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.

#### **Cláusula 6.ª - Fiscalização**

Sem prejuízo das competências de fiscalização atribuídas a entidades externas, o Município de Braga pode utilizar os serviços e recursos de que dispõe para proceder, durante a execução dos trabalhos e do contrato, às ações de vistoria, fiscalização e controlo, bem como, sempre que ocorram queixas quanto à qualidade do serviço prestado ao público.

#### **Cláusula 7.ª - Acompanhamento da execução do contrato**

O concessionário obriga-se a nomear um interlocutor que deverá prestar todas as informações que lhe sejam solicitadas pelo concedente, no âmbito da execução do contrato, bem como representá-lo em todas as reuniões de acompanhamento da execução do contrato para as quais seja convocado pelo Município de Braga.

#### **Cláusula 8.ª - Perfil e identificação do pessoal**

1. O concessionário obriga-se a ter ao seu serviço, pessoal de reconhecida idoneidade moral, aptidão física e adequada formação profissional, bem como, apresentar-se adequadamente uniformizado para o tipo de serviço que irá desempenhar.
2. O pessoal deve estar permanentemente munido de credencial ou outro documento de identificação visível, emitido pelo concessionário.

### **Capítulo II - Obrigações contratuais**

#### **Cláusula 9.ª - Obrigações do concessionário**

1. O concessionário fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
2. Sem prejuízo de outras obrigações contidas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos, nas cláusulas contratuais, no CCP e na demais legislação aplicável, da celebração do contrato decorrem para o concessionário as seguintes obrigações principais:
  - a) Os pontos de carregamento deverão ser implementados considerando uma solução do tipo “chave na mão”, sem qualquer encargo para o Município, em que o fornecimento, montagem, exploração e manutenção dos pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos, incluindo a execução de toda a infraestrutura de abastecimento de energia (ramal), deverá ficar totalmente a cargo do OPC.



- b) O OPC deverá proceder à colocação dos postos de carregamento em operação, obedecendo a todos os requisitos previsto na legislação em vigor, incluindo a respetiva contratação de fornecimento de energia elétrica.
- c) Todas as diligências processuais com o distribuidor de energia deverão ser promovidas pelo OPC, considerando-se da responsabilidade do mesmo, todas as despesas decorrentes do pedido de ligação à rede e construção do ramal de energia e respetivas obrigações decorrentes da legislação em vigor.
- d) Todas as diligências e encargos relacionados com certificações junto das entidades certificadoras serão da responsabilidade do OPC.
- e) Todas as diligências e encargos relacionados com a ligação e manutenção dos postos de carregamento por si explorados à rede de distribuição de energia elétrica serão da responsabilidade do OPC.
- f) Os postos de carregamento deverão ser implantados de forma a possibilitar o uso autónomo a pessoas com mobilidade condicionada, nos termos do Decreto-Lei nº 163/2006 de 8 de agosto.
- g) Os postos de carregamento deverão ser instalados de forma a não condicionar a livre circulação pedonal, assegurando as distâncias regulamentares, nos termos do Decreto-Lei nº 163/2006 de 8 de agosto, bem como outras disposições legais aplicáveis.
- h) As soluções para alimentação de energia elétrica (ramais), que careçam de execução de trabalhos no subsolo municipal, deverão ser alvo de licenciamento nos termos aplicáveis, por parte dos serviços municipais.
- i) Todos os trabalhos de construção civil que venham a ser necessários são da responsabilidade do OPC, bem como os respetivos encargos associados.
- j) A sinalização horizontal e vertical, necessária e prevista na legislação em vigor, deverá ser assegurada pelo OPC.
- k) Os postos de carregamento do tipo rápido deverão permitir carregamento em simultâneo DC (corrente contínua) e AC (corrente alternada).
- l) A manutenção preventiva e curativa dos postos de carregamento deverá ser garantida pelo OPC.
- m) Os postos de carregamento deverão permitir, em caso de necessidade, serem bloqueados e desbloqueados pelo OPC.
- n) Deverão ser afixados, de forma clara e visível, e em momento prévio à sua utilização efetiva, a informação sobre os preços dos serviços disponíveis para o carregamento dos veículos elétricos.
- o) Deverão ser afixados, de forma clara e visível, os procedimentos e medidas de segurança definidos pela Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) e pela entidade gestora da rede de mobilidade elétrica, a adotar pelos utilizadores de veículos elétricos para acesso aos serviços de mobilidade elétrica.
- p) O período mínimo de disponibilização do serviço é das 06h00 às 23h00, sendo definido o período de funcionamento no contrato de acordo com as condicionantes do local.

- q) O OPC obriga-se a emitir e a remeter relatórios ao Município Braga com periodicidade trimestral, onde deverão constar informações relevantes sobre os pontos de carregamento, nomeadamente o histórico de carregamentos em cada posto e ponto de carregamento, análise de métricas de carregamento (duração, energia consumida, etc.), controlo do impacto ambiental associado aos carregadores instalados e informação referente à faturação.
- r) Disponibilizar, de forma contínua, ao Município de Braga, uma interface de programação de aplicações (API) que permita o acesso em tempo real às informações relevantes da operação, nomeadamente estado e disponibilidade de cada ponto de carregamento, volumes de carregamento, consumos energéticos, tempos de utilização, falhas técnicas e demais dados operacionais considerados pertinentes para efeitos de monitorização e planeamento. Para efeitos de análise, deverá igualmente ser assegurado o acesso a uma plataforma digital que permita o tratamento e exportação estruturada dos dados referidos, nos termos a definir pelo Município de Braga.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup> - Obrigações da concedente**

1. Para além das obrigações decorrentes do estrito cumprimento do contrato de concessão, constituem obrigações da entidade adjudicante:
  - a) acompanhar e inspecionar as fases de execução dos trabalhos, implementação, instalação e funcionamento dos equipamentos decorrentes do contrato a celebrar;
  - b) garantir, durante o prazo de duração do contrato, a exploração dos pontos de carregamento elétrico por parte do concessionário, em regime de exclusivo, nos locais a concurso;
  - c) assegurar a confidencialidade da informação que lhe seja transmitida pelo concessionário e pelos operadores de redes de distribuição de eletricidade, salvo na medida necessária para observar as suas atribuições e deveres.
2. Durante a vigência do contrato, o Município reserva-se ao direito de proceder à verificação e inspeção dos equipamentos, sempre que o entenda conveniente, podendo, caso se justifique, mandar suspender e/ou substituir a utilização de qualquer produto/equipamento.
3. Comunicar ao concessionário, por qualquer meio escrito, em tempo útil, qualquer discordância quanto aos serviços executados, valores faturados ou equivalente e os respetivos fundamentos.
4. Isentar o concessionário das taxas municipais previstas no que concerne ao processo de licenciamento da instalação dos pontos de carregamento elétrico.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup> - Extinção da licença**

1. A licença extingue-se pelo decurso do prazo de concessão, referido no número 1 da Cláusula 3.<sup>a</sup>.

2. A entidade adjudicante poderá extinguir a licença de utilização em caso de incumprimento grave das obrigações do concessionário, designadamente, nos casos a seguir indicados:
  - a) Cumprimento defeituoso do contrato quando se verificar que o concessionário não respeita as obrigações a que está adstrito no âmbito do presente concurso.
  - b) Atraso no início da exploração dos pontos de carregamento objeto do presente procedimento superior a 30 dias a contar da comunicação efetuada à Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG);
  - c) Não manutenção das infraestruturas instaladas em perfeitas condições de conservação, durante o decurso do prazo de vigência do contrato;
  - d) Não dar seguimento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, às solicitações efetuadas pelo município para reparação, substituição ou reativar os pontos de carregamento;
  - e) Incumprimento do contrato, quando o concessionário faltar culposamente ao cumprimento do objeto do contrato, ou quando o mesmo se torne impossível, por causas que lhe sejam imputáveis;
  - f) Cessão da posição contratual ou subcontratação sem obtenção prévia de autorização escrita da entidade adjudicante;
  - g) Recusa na entrega da informação referente à faturação operada entre o concessionário e o comercializador de energia elétrica em regime de mercado contratualizado por si, quando para tal tenha sido instado pela entidade adjudicante, designadamente para efeitos de controlo dos valores devidos pelo uso privativo;
  - h) Declaração de insolvência do concessionário;
  - i) Desvio do objeto do contrato;
  - j) Ocorrência de deficiência grave na organização e desenvolvimento pelo concessionário das atividades concedidas, em termos que possam comprometer a sua continuidade ou regularidade nas condições exigidas pela lei e pelo contrato;
  - k) Em geral, a falta de cumprimento de qualquer obrigação imposta por lei, pelos regulamentos aplicáveis ou pelo presente Caderno de Encargos.
3. O direito de resolução, referido no número anterior, exerce-se mediante declaração escrita enviada por correio com aviso de receção ou por meio de transmissão eletrónica (correio eletrónico com aviso de entrega), com aviso prévio de 30 (trinta) dias contínuos, a contar da verificação da violação da obrigação, nos termos referidos no número anterior.
4. A extinção da licença de operador de pontos de carregamento elétrico faz extinguir igualmente a licença de utilização privativa do domínio público objeto do presente procedimento.
5. Findo o prazo, ou extinguindo-se, por qualquer razão, a licença de operador e, concomitantemente, a de utilização privativa, o titular do direito deve desocupar todos os espaços, retirando os equipamentos relativos aos pontos de carregamento elétrico,

garantindo que estes fiquem livres e em bom estado de conservação, sem que haja direito a indemnização, seja a que título for.

6. As benfeitorias relativas à execução das infraestruturas elétricas, desde os pontos de ligação da rede pública até ao contador dos pontos de carregamento elétrico não podem ser removidas do espaço público, não assistindo ao concessionário direito a qualquer indemnização pelas mesmas.
7. As tubagens existentes no subsolo, desde o contador até aos pontos de carregamento elétrico também não podem ser retiradas, não assistindo ao concessionário direito a qualquer indemnização pelas mesmas.

#### **Cláusula 12.º - Interoperabilidade Digital e Integração com o Centro de Controlo de Tráfego e a Plataforma de Gestão Urbana**

1. O concessionário obriga-se a garantir a plena interoperabilidade dos sistemas digitais de operação e monitorização dos pontos de carregamento com os sistemas de gestão urbana do Município de Braga, nomeadamente com o Centro de Controlo de Tráfego e com a Plataforma de Gestão Urbana.
2. Para efeitos do número anterior, o concessionário deverá disponibilizar:
  - a) Uma interface de programação de aplicações (API) com acesso contínuo e seguro a dados em tempo real sobre o estado, disponibilidade e operação dos pontos de carregamento, incluindo, entre outros, dados de ocupação, duração dos carregamentos, energia transferida, falhas técnicas, eventos de indisponibilidade, e métricas de desempenho dos equipamentos;
  - b) Uma plataforma digital de tratamento e análise de dados, acessível ao Município, que permita a consulta, exportação e cruzamento de dados históricos e operacionais, com vista ao apoio à decisão estratégica em matéria de mobilidade e energia;
  - c) Um canal de comunicação direto com o Centro de Controlo de Tráfego, para notificação imediata de ocorrências ou alterações relevantes ao funcionamento dos equipamentos, com vista à salvaguarda do interesse público.
3. As especificações técnicas da API e da plataforma digital referidas nos números anteriores deverão ser previamente validadas pelo Município de Braga, garantindo compatibilidade com os sistemas atualmente em operação e com as normas técnicas e de segurança em vigor.
4. O Município reserva-se o direito de requerer ajustes ou desenvolvimentos adicionais que assegurem a evolução e atualização tecnológica contínua da integração referida.

### **Cláusula 13.º - Demais obrigações legais**

1. É da responsabilidade do adjudicatário o cumprimento dos procedimentos legalmente previstos no que diz respeito à instalação e exploração dos pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos.
2. O adjudicatário está sujeito a todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis à atividade que exerce.

### **Cláusula 14.ª - Encargos com direitos de propriedade intelectual ou industrial**

1. São da responsabilidade do concessionário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato a celebrar, de direitos de propriedade intelectual ou industrial.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, quaisquer direitos mencionados no número anterior, o concessionário indemniza-a por todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

## **Capítulo III – Execução da obra**

### **Cláusula 15.ª – Local de instalação dos pontos de carregamento elétricos**

Os trabalhos relativos à instalação, que constituem objeto do contrato, terão de ser executados nos locais definidos, de acordo com o Anexo I ao presente caderno de encargos, dentro do concelho de Braga.

### **Cláusula 16.ª – Preparação e planeamento da execução da obra**

1. O concessionário é responsável:
  - a) Perante o Município de Braga pela preparação, planeamento, coordenação e execução de todos os trabalhos, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e saúde, e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;
  - b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do documento indicado na alínea g) do n.º 4 da presente cláusula;
  - c) Perante terceiros pela segurança e policiamento da obra, implementação de medidas e condições de segurança no estaleiro e em toda a zona de implantação da obra, salvaguardando o público em geral.

2. A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra que antecede a exploração dos pontos de carregamento elétricos, dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, competem ao concessionário.
3. O concessionário realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, designadamente:
- a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro;
  - b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;
  - c) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar;
  - d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste.
  - e) O levantamento, guarda, conservação e reposição de cabos, canalizações e outros elementos encontrados nas escavações;
  - f) O transporte e remoção, para fora do local da obra ou para outros locais especificamente indicados no presente caderno de encargos, dos produtos de escavação ou resíduos de limpeza, nos termos da cláusula 35.<sup>a</sup>.
  - g) A reconstrução ou reparação dos prejuízos que resultem das demolições a fazer para a execução da obra;
  - h) Os trabalhos de escoamento de águas que afetem o estaleiro ou a obra e que se encontrem previstos no projeto ou sejam previsíveis pelo concessionário quanto à sua existência e quantidade à data da apresentação da proposta, quer se trate de águas pluviais ou de esgotos, quer de águas de condutas, de valas, de cursos de água ou outras;
  - i) A conservação das instalações que tenham sido cedidas pelo Município de Braga ao concessionário tendo em vista a execução das infraestruturas e exploração dos pontos de carregamento elétricos;
  - j) Os cortes e reposições provisórias e definitivas das redes públicas afetadas pela execução da obra;
  - k) A reposição dos locais onde se executaram os trabalhos em condições de não lesarem legítimos interesses, ou direitos, de terceiros ou a conservação futura da obra, assegurando o bom aspeto geral e a segurança dos mesmos locais.
4. A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem ainda:

- a) A apresentação pelo concessionário ao Município de Braga de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução dos trabalhos;
- b) O esclarecimento dessas dúvidas pelo Município de Braga;
- c) A apresentação pelo concessionário de reclamações relativamente a erros e omissões das peças patentes a concurso que sejam detetados nessa fase da obra, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos;
- d) A apreciação e decisão do Município de Braga das reclamações a que se refere a alínea anterior;
- e) A elaboração e apresentação pelo concessionário do plano de trabalhos ajustado, no caso previsto no n.º 3 do artigo 361.º do Código dos Contratos Públicos;
- f) A aprovação pelo Município de Braga dos documentos referidos na alínea g);
- g) A apresentação do plano de segurança e saúde da obra.

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup> – Instalações provisórias**

1. No estaleiro principal ou em local apropriado e aprovado pelo Município de Braga, o concessionário deverá providenciar:
  - a) A manutenção, conservação e limpeza de todas as instalações e, em particular no que se refere aos postos de trabalho;
  - b) A reparação e substituição de todo o equipamento e infraestruturas que se danifiquem por desgaste ou avaria;
  - c) Garantir a segurança e proteção permanente de todas as instalações enquanto durar a obra e for justificada a sua permanência;
  - d) Fornecer e substituir todo o material de consumo em instalações sanitárias;
  - e) Transportar e remover para fora do local da obra e para locais apropriados e autorizados para o efeito todos os resíduos provenientes das limpezas e manutenção.

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup> – Redes de Água, de Esgotos, de Energia Elétrica e de Telecomunicações**

1. O concessionário deve construir e manter em funcionamento as redes provisórias de abastecimento de água, de esgotos, de energia elétrica e de telecomunicações definidas no presente caderno de encargos ou no projeto ou, na sua omissão, as que satisfaçam as exigências da obra e do pessoal.
2. A manutenção e a exploração das redes referidas no número anterior, bem como as diligências necessárias à obtenção das respetivas licenças, correm por conta do concessionário.

3. Sempre que na obra se utilize água não potável, deve ser colocada pelo concessionário, nos locais convenientes, a inscrição «Água imprópria para beber».
4. As redes provisórias de energia elétrica devem obedecer à regulamentação em vigor.
5. As redes definitivas de água, esgotos e energia elétrica podem ser utilizadas durante os trabalhos.
6. Após a receção provisória dos pavimentos, precedida da receção das infraestruturas elétricas junto da entidade competente, enquanto não forem estabelecidas as respetivas redes definitivas de água e eletricidade, o concessionário é obrigado a assegurar os mesmos através de redes provisórias da obra.

#### **Cláusula 19.<sup>a</sup> – Equipamento**

1. Constitui encargo do concessionário o fornecimento e utilização das máquinas, aparelhos, utensílios, ferramentas e todo o material indispensável à boa execução dos trabalhos.
2. O equipamento a que se refere o número anterior deve satisfazer, quer quanto às suas características, quer quanto ao seu funcionamento, o estabelecido nas leis e nos regulamentos de segurança aplicáveis.

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup> – Desmontagem do Estaleiro e das Instalações, Reparações e Reposições**

O concessionário deve proceder à desmontagem do estaleiro e remoção de entulhos e materiais de construção, bem como à reposição de construções afetadas pela execução da obra no prazo máximo de quinze dias de calendário a contar da data da receção provisória dos pavimentos.

#### **Cláusula 21.<sup>a</sup> – Trabalhos de Proteção e Segurança**

1. Para além das medidas referidas no n.º 4 da cláusula 15.<sup>a</sup>, constitui encargo do concessionário a realização dos trabalhos de proteção e segurança referentes a construções e vegetação existentes nos locais destinados à execução dos trabalhos e os relativos às construções e instalações vizinhas destes locais.
2. Quando se verificar a necessidade de trabalhos de proteção e segurança, o concessionário deve avisar o Município de Braga sobre tal facto, propondo as medidas a tomar, devendo interromper os trabalhos afetados até decisão daquele.
3. No caso referido no número anterior, e estando envolvidos interesses de terceiros, o Município de Braga, procederá aos contactos necessários com as entidades envolvidas, para efeitos de decisão sobre as medidas adequadas a adotar.



4. O concessionário deve tomar as providências usuais para evitar que as instalações e os trabalhos executados sejam danificados por inundações, tempestades ou outros fenómenos naturais.
5. O concessionário deve ainda adotar as providências e tomar as medidas adequadas para que os trabalhos a seu cargo sejam executados com toda a segurança, observando sempre as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
6. O referido no número anterior aplica-se igualmente ao pessoal dos subempreiteiros que colaborem na obra.
7. A suspensão de trabalhos referida no número 2 da presente cláusula não é motivo justificativo de qualquer prorrogação de prazos.
8. O concessionário é responsável por atrasos verificados na obra em consequência de eventuais sanções aplicadas pelas entidades competentes em caso de não cumprimento do disposto no ponto 5.

#### **Cláusula 22.<sup>a</sup> – Demolições**

1. Consideram-se incluídas nas obras a executar as demolições que se revelem necessárias à sua boa execução, mesmo que não se encontrem previstas nas peças de procedimento.
2. Os trabalhos de demolição referidos no número anterior compreendem a demolição das construções cuja existência seja evidente e que ocupem locais de implantação da obra, bem como a remoção completa, para fora do local da obra (vazadouros autorizados por organismos oficiais) ou para os locais definidos no presente caderno de encargos, de todos os materiais e resíduos (entulhos), incluindo as fundações e canalizações não utilizadas, e excetuando apenas aqueles que o Município de Braga autorize a deixar no local.
3. O concessionário deve tomar as precauções necessárias para assegurar, em boas condições, o desmonte e a conservação dos materiais e elementos de construção especificados no presente caderno de encargos, sendo responsável por todos os danos que estes venham eventualmente a sofrer.

#### **Cláusula 23.<sup>a</sup> – Remoção de vegetação**

1. Consideram-se incluídos nos trabalhos a realizar os desenraizamentos, as desmatações e o arranque de árvores existentes na área de implantação da obra ou em outras áreas definidas nas peças de procedimento devendo os desenraizamentos ser suficientemente profundos para garantir a completa extinção das plantas.
2. Compete ainda ao concessionário a remoção completa, para fora do local da obra (vazadouros autorizados por organismos oficiais) ou para os locais definidos no presente caderno de encargos, dos produtos resultantes dos trabalhos referidos no número anterior, bem como a regularização final do terreno, nos termos da cláusula 35.<sup>a</sup>.

#### **Cláusula 24.<sup>a</sup> – Implantação e Piquetagem**

1. O trabalho de implantação e piquetagem é efetuado pelo concessionário, tendo por base as peças desenhadas anexas ao procedimento.
2. O concessionário deve examinar no terreno as marcas indicadas nas peças apresentadas; se for caso disso, as reclamações relativas às deficiências que eventualmente encontrar deverão ser apresentadas ao Município de Braga.
3. O concessionário é ainda obrigado a conservar todas as marcas ou referências visíveis existentes que tenham sido implantadas no local da obra por outras entidades e só proceder à sua deslocação desde que autorizado e sob orientação do Município de Braga.

#### **Cláusula 25.<sup>a</sup> – Modificação do plano de trabalhos**

1. O Município pode modificar em qualquer momento o plano de trabalhos apresentado pelo concessionário em vigor por razões de interesse público.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, no plano de trabalhos deve ser priorizada a execução das infraestruturas relativas aos pontos de carregamentos de 100 kva's (pontos rápidos)
3. Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao concessionário, deve este apresentar ao Município de Braga um plano de trabalhos modificado.

#### **Cláusula 26.<sup>a</sup> – Prazo de execução da obra**

1. O concessionário obriga-se a iniciar a execução da obra no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data da outorga do contrato de concessão.
2. O prazo global para a conclusão integral dos trabalhos, é no máximo de 60 (sessenta) dias de calendário contados da data da celebração do contrato de concessão, devendo os trabalhos estar perfeita e integralmente concluídos, cumprido que esteja aquele prazo.
3. A mora no cumprimento do prazo de execução da obra previsto no número anterior, em medida igual ou superior a dois meses, representa, para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 333.º do Código dos Contratos Públicos, o incumprimento definitivo do contrato.
4. Na contagem dos prazos de execução dos trabalhos consideram-se incluídos todos os dias de calendário, incluindo os Sábados, Domingos e feriados, nos termos do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.
5. Em nenhum caso serão atribuídos prémios ao concessionário.

### **Cláusula 27.<sup>a</sup> – Cumprimento do plano de trabalhos**

O concessionário informa o Município de Braga dos desvios que se verificarem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor, sempre com referência aos meios humanos e materiais que, no período em causa, estiveram efetivamente afetados aos trabalhos.

### **Cláusula 28.<sup>a</sup> – Multas por violação dos prazos contratuais**

1. Pelo incumprimento das obrigações emergentes da execução da obra, o Município de Braga pode aplicar ao concessionário sanções correspondentes, nos termos e nas condições estabelecidas nas alíneas seguintes:
  - a) Se o concessionário não concluir a instalação dos pontos de carregamento rápido no prazo indicado no número 2 da Cláusula 26.<sup>a</sup>, a sanção diária por cada dia de calendário de atraso em valor correspondente a 1‰ do valor total da proposta;
  - b) Se o concessionário não cumprir com o prazo de correção de um defeito da obra no prazo estabelecido no n.º 2 da Cláusula 37.<sup>a</sup>, a sanção diária por cada dia de calendário de atraso em valor correspondente a 1‰ do valor total da proposta;
  - c) Se o concessionário proceder a publicidade no local dos trabalhos sem a prévia autorização do Município de Braga prevista no artigo 347.º do Código dos Contratos Públicos, este último pode aplicar uma sanção de 1‰ do valor total da proposta;
  - d) Se se verificar a mora ou o incumprimento de qualquer obrigação contratual não referida nos números anteriores, o Município de Braga pode aplicar uma sanção de montante variável, por cada dia de calendário de atraso e em função da gravidade do facto, de até 2‰ do valor total da proposta.
2. A aplicação de sanções contratuais será precedida de notificação ao concessionário no prazo de uma semana, deduzir a sua defesa ou impugnação.
3. A aplicação das sanções referidas nos números anteriores não prejudica o direito de resolução do contrato previstos na cláusula 9.<sup>a</sup> e no Código dos Contratos Públicos.
4. As penas referidas nos números anteriores em nada afetam ou diminuem a responsabilidade contratual do concessionário de indemnizar a Autarquia por prejuízos sofridos em resultado do incumprimento de obrigações contratuais, nos termos gerais de direito.
5. O Município poderá aplicar as sanções contratuais previstas nos termos dos números anteriores até ao final da execução da obra.

### **Cláusula 29.<sup>a</sup> – Incumprimento do plano de trabalhos**

Se o concessionário não der cumprimento ao plano de trabalhos por si apresentado, o Município de Braga poderá requerer a posse administrativa das obras, bem como dos materiais, edificações, estaleiros, ferramentas, máquinas e veículos nelas existentes,

encarregando pessoa idónea da gerência e administração da obra por conta do concessionário e procedendo aos inventários, medições e avaliações necessários.

#### **Cláusula 30.<sup>a</sup> – Atos e direitos de terceiros**

1. Sempre que o concessionário sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o Município de Braga
2. No caso de os trabalhos a executar pelo concessionário serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o concessionário, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto à Autarquia para que esta possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

#### **Cláusula 31.<sup>a</sup> - Informações preliminares sobre o local da obra**

1. Independentemente das informações fornecidas nos documentos integrados no contrato, constitui obrigação do concessionário inteirar-se localmente das condições de realização dos trabalhos referentes à obra a executar, não podendo invocar quaisquer condicionalismos para se eximir ou atenuar a responsabilidade que assume com a execução da obra.
2. Para os efeitos do disposto no número anterior, entende-se que o concessionário tem cabal conhecimento, designadamente, da natureza, importância e localização das obras a executar, implicação com construções existentes, ainda que não indicadas nas peças desenhadas que, pela sua implantação, poderão dificultar a execução dos trabalhos, da natureza e do estado dos terrenos onde vão ser executadas, das vias e meios de acesso aos locais da obra, as condições climáticas do local e dos condicionamentos devidos ao tráfego rodoviário e pedonal, pelo que não poderá invocar quaisquer condicionalismos para se eximir ou atenuar a responsabilidade que assume com a execução da obra.

#### **Cláusula 32.<sup>a</sup> – Condições gerais de execução dos trabalhos**

A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com o presente caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas.

#### **Cláusula 33.<sup>a</sup> – Suspensão dos trabalhos**

Uma eventual suspensão dos trabalhos nos termos dos artigos 365.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos deve ser sempre formalizada junto do Município de Braga cujo conteúdo deve compreender, no mínimo, os pressupostos que a determinaram e os termos gerais do procedimento a seguir subsequentemente.

#### **Cláusula 34.<sup>a</sup> – Erros ou omissões dos documentos do Município de Braga**

1. O concessionário deve comunicar ao Município de Braga quaisquer erros ou omissões dos elementos da solução da obra por que se rege a execução dos trabalhos, bem como as ordens, avisos e notificações recebidas.
2. O concessionário tem a obrigação de executar todos os trabalhos de suprimento de erros e omissões (trabalhos complementares resultantes de circunstâncias não previstas) que lhe sejam ordenados pelo Município de Braga, o qual deve entregar ao concessionário todos os elementos necessários para esse efeito.
3. O concessionário não poderá executar quaisquer trabalhos de suprimento de erros e omissões sem receber, da Autarquia, ordem expressa para o efeito.

#### **Cláusula 35.<sup>a</sup> - Menções obrigatórias no local dos trabalhos**

1. Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o concessionário deve afixar nos locais dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra.
2. O concessionário obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.

#### **Cláusula 36.<sup>a</sup> - Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição**

1. O concessionário está obrigado a dar cumprimento ao Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (adiante designado por RCD), designadamente a:
  - a) Promover a reutilização de materiais e a incorporação de reciclados de RCD na obra;
  - b) Assegurar a existência na obra de um sistema de acondicionamento adequado que permita a gestão seletiva dos RCD;
  - c) Assegurar a aplicação em obra de uma metodologia de triagem de RCD ou, quando tal não seja possível, o seu encaminhamento para operador de gestão licenciado;
  - d) Assegurar que os RCD são mantidos em obra o mínimo tempo possível;
  - e) Cumprir as demais normas técnicas respetivamente aplicáveis.
2. O plano de prevenção e gestão de RCD pode ser alterado pela Câmara Municipal de Braga na fase de execução, sob proposta do produtor de RCD, desde que a alteração seja devidamente fundamentada.
3. O plano de prevenção e gestão de RCD deve estar disponível no local da obra, para efeitos de fiscalização pelas entidades competentes, e ser do conhecimento de todos os intervenientes na execução da obra.
4. A execução de obras deve privilegiar a adoção de metodologias e práticas que:
  - a) Minimizem a produção e a perigosidade dos RCD, designadamente por via da reutilização de materiais e da utilização de materiais não suscetíveis de originar RCD contendo substâncias perigosas;

- b) Maximizem a valorização de resíduos, designadamente por via da utilização de materiais reciclados e recicláveis;
  - c) Favoreçam os métodos construtivos que facilitem a demolição orientada para a aplicação dos princípios da prevenção e redução e da hierarquia das operações de gestão de resíduos.
5. A utilização de RCD em obra é feita em observância das normas técnicas nacionais e comunitárias aplicáveis, ou, na sua ausência, das especificações técnicas e homologadas definidas pelo LNEC, relativas à utilização de RCD nomeadamente em:
- a) Agregados reciclados grossos em betões de ligantes hidráulicos (Especificação LNEC E471.2006: Guia para a utilização de agregados reciclados grossos em betões de ligantes hidráulicos);
  - b) Aterro e camada de leito de infraestruturas de transporte; (Especificação LNEC E474.2006: Guia para a utilização de resíduos de construção e demolição em aterro e camada de leito de infraestruturas de transporte);
  - c) Agregados reciclados em camadas não ligadas de pavimentos; (Especificação LNEC E473.2006: Guia para a utilização de agregados reciclados em camadas não ligadas de pavimentos);
  - d) Misturas betuminosas a quente em central (Especificação LNEC E472.2006: Guia para a reciclagem de misturas betuminosas a quente em central).
6. Prestação de prova de entrega de resíduos
7. O concessionário deverá apresentar, mensalmente, prova do registo de resíduos produzidos bem como comprovativos da entrega dos mesmos a operador devidamente licenciado ou, caso não o volume produzido não justifique a sua entrega imediata, declaração justificativa de tal facto e demonstrativa do devido acondicionamento temporário em depósito de obra.
8. O comprovativo de entrega dos resíduos a um operador devidamente licenciado poderá ser feito através da entrega de cópias de Guias de Acompanhamento de Resíduos e dos comprovativos do devido licenciamento dos operadores destinatário.
9. Aquando da realização da receção provisória dos pavimentos, o Município de Braga verificará o cumprimento do Plano de RCD sob a condição da obra não ser rececionada.

### **Cláusula 37.<sup>a</sup> – Defeitos de Execução**

1. Se o Município de Braga verificar que os trabalhos a cargo do concessionário estão a ser deficientemente executados ou não observam algumas das condições contratualmente estabelecidas, será lavrado auto a verificar o facto, sendo o concessionário notificado com junção de um duplicado do auto para, dentro do prazo razoável que lhe seja simultaneamente indicado, eliminar os defeitos ou suprir os vícios da obra.
2. O estipulado no número anterior não constitui motivo justificativo de qualquer prorrogação dos prazos de conclusão dos trabalhos.

3. Se for de presumir a existência dos referidos defeitos, mas os mesmos não puderem ser comprovados por simples observação, o dono da obra ou a fiscalização, podem, em qualquer altura até ao termo do prazo de garantia, ordenar as demolições necessárias para apurar se se confirmam ou não tais deficiências, lavrando-se em seguida um auto nos termos do n.º 1.

4. Se as deficiências referidas no número anterior se confirmarem, os encargos com as demolições e as reconstruções correm por conta do concessionário, não havendo lugar, nesse caso, à prorrogação dos prazos de conclusão dos trabalhos.

### **Cláusula 38.ª – Características dos Equipamentos, Materiais e Elementos de Construção**

1. O concessionário não pode empregar materiais que não correspondam às características da obra ou que sejam de qualidade inferior aos usualmente empregues em obras que se destinem a idêntica utilização.

2. No caso de dúvida quanto aos equipamentos e materiais a empregar nos termos do número anterior, deve observar-se a ordem de prevalência normativa referida no n.º 7 do artigo 49.º do Código dos Contratos Públicos.

3. O concessionário pode propor a substituição contratual de equipamentos, materiais ou de elementos de construção, desde que a fundamente por escrito e indique em pormenor as características a que esses equipamentos, materiais ou elementos deverão satisfazer, bem como o prazo em que o Município de Braga se deverá pronunciar.

### **Cláusula 39.ª - Casos Especiais**

1. Os equipamentos, materiais ou elementos de construção sujeitos a homologação ou classificação obrigatórias só podem ser aceites quando acompanhados do respetivo documento de homologação ou classificação, emitido por laboratório oficial, mas nem por isso ficarão isentos dos ensaios previstos no presente caderno de encargos.

2. Para os equipamentos, materiais ou elementos de construção sujeitos a controlo completo de laboratório oficial, não serão exigidos ensaios de receção relativamente às características controladas, quando o concessionário forneça documento comprovativo emanado do mesmo laboratório, não se dispensando, contudo, a verificação de outras características, nomeadamente as geométricas.

3. A Autarquia pode verificar o fabrico e a montagem dos equipamentos, materiais ou elementos em causa, devendo o concessionário facultar-lhe, para o efeito, todas as informações e facilidades necessárias; a aprovação só será, todavia, efetuada depois da entrada na obra dos equipamentos, materiais ou elementos de construção referidos.

#### **Cláusula 40.<sup>a</sup> – Depósito e Armazenagem de Equipamentos, Materiais ou Elementos de Construção**

1. O concessionário deve possuir em depósito as quantidades de materiais e elementos de construção suficientes para garantir o normal desenvolvimento dos trabalhos, de acordo com o respetivo plano, sem prejuízo da oportuna realização das diligências de aprovação necessárias.
2. Os materiais e elementos de construção devem ser armazenados ou depositados e devidamente identificados, com arrumação que garanta condições adequadas de acesso e circulação.
3. O concessionário deve assegurar a conservação dos materiais e elementos de construção durante o seu armazenamento ou depósito.
4. Os materiais e elementos de construção deterioráveis pela ação dos agentes atmosféricos são obrigatoriamente depositados em armazéns fechados que ofereçam segurança e proteção contra as intempéries e contra a humidade do solo.
5. Os materiais e elementos de construção existentes em armazém ou depósito e que se encontrem deteriorados devem ser rejeitados e removidos para fora do local dos trabalhos, nos termos da cláusula seguinte.

#### **Cláusula 41.<sup>a</sup> – Remoção de Equipamentos, Materiais ou Elementos de Construção**

1. Os materiais e elementos de construção provisoriamente rejeitados devem ser perfeitamente identificados e separados dos restantes.
2. Os materiais e elementos de construção rejeitados definitivamente são removidos para fora do local dos trabalhos no prazo que a fiscalização estabelecer, de acordo com as circunstâncias do caso.
3. Em caso de falta de cumprimento pelo concessionário das obrigações estabelecidas nos números anterior, pode a fiscalização fazer transportar os materiais ou os elementos de construção em causa para onde seja mais conveniente, pagando o que necessário for, tudo à custa do concessionário, mas dando-lhe prévio conhecimento da decisão.
4. No final da obra, o concessionário terá de remover do local dos trabalhos os restos de materiais ou elementos de construção, entulhos, equipamento e tudo o mais que tenha servido para a sua execução, no prazo máximo de sete dias de calendário a contar da data de receção provisória.
5. A remoção de restos de materiais, desperdícios, entulhos e de outros materiais terá de ser efetuada para vazadouros oficiais autorizados, nos termos da cláusula 35.<sup>a</sup>.



#### **Cláusula 42.<sup>a</sup> – Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados**

1. Correm inteiramente por conta do concessionário os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução dos trabalhos de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.
2. Do mesmo modo são da responsabilidade do concessionário a obtenção de todas as licenças indispensáveis à execução dos trabalhos, designadamente a licença especial de ruído.
3. No caso de o Município de Braga ser demandado por infração na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados nos números anteriores, o concessionário indemniza-o por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

#### **Cláusula 43.<sup>a</sup> – Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra**

1. O Município de Braga reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os presentes trabalhos e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.
2. Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com o concessionário, de modo a evitar atrasos na execução do contrato ou outros prejuízos.
3. Quando o concessionário considere que a normal execução dos trabalhos está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos previstos no n.º 1, deve apresentar a sua reclamação no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da ocorrência, a fim de serem adotadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.
4. No caso de verificação de atrasos na execução da obra ou outros prejuízos resultantes da realização dos trabalhos previstos no n.º 1, o concessionário tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do contrato, de acordo com os artigos 282.º e 354.º do Código dos Contratos Públicos, a efetuar nos seguintes termos:
  - a) Prorrogação do prazo do contrato por período correspondente ao do atraso eventualmente verificado na realização da obra, e
  - b) Indemnização pelo agravamento dos encargos previstos com a execução do contrato que demonstre ter sofrido.

#### **Cláusula 44.<sup>a</sup> – Outros encargos do concessionário**

1. Correm inteiramente por conta do concessionário a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à receção definitiva dos trabalhos em consequência do modo de execução destes últimos,

da atuação do pessoal do concessionário ou dos seus subempreiteiros e fornecedores e do deficiente comportamento ou da falta de segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos.

2. Constituem ainda encargos do concessionário a celebração dos contratos de seguros indicados no presente caderno de encargos, a constituição da caução exigida no programa do procedimento.

3. Todos os encargos e despesas legais com a celebração do contrato são da responsabilidade do concessionário.

#### **Cláusula 45.<sup>a</sup> – Obrigações gerais**

1. É da exclusiva responsabilidade do concessionário o cumprimento das obrigações legais e regulamentares relativas ao pessoal empregado na execução da obra, nomeadamente no que concerne ao registo de pessoal, aptidão profissional, condições de trabalho, organização do tempo de trabalho, disciplina, nacionalidade e idade, bem como o respeito pela legislação e regulamentação coletiva aplicável, incluindo, relativamente aos direitos e garantias conferidos aos trabalhadores, os referentes a remuneração, proteção da segurança e saúde e assistência em caso de doença ou acidente de trabalho, competindo-lhe ainda assegurar a identificação de todo o pessoal em obra, efetuando o respetivo controlo de acesso.

2. A violação do disposto no número anterior é punida nos termos da lei, sem prejuízo de a reincidência na sua violação constituir fundamento para o direito de rescisão do contrato por parte do Município de Braga.

3. O concessionário é o único responsável, pelos atrasos verificados na obra, em consequência, nomeadamente, de sanções aplicadas por organismos oficiais ou outras entidades competentes, por falta de cumprimento das disposições aplicáveis.

4. O concessionário deve estabelecer um sistema de prevenção e controlo da alcoolémia que garanta o envolvimento de todos os trabalhadores em obra.

5. O concessionário é obrigado a manter a polícia e boa ordem no local dos trabalhos e a retirar destes, sempre que lhe seja ordenado, o pessoal que haja desrespeitado os agentes do dono da obra ou da fiscalização, que provoque indisciplina.

6. A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o concessionário o exija, sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal em causa.

7. Sem prejuízo de o concessionário ser o único responsável, o mesmo obrigado a exigir aos subempreiteiros o estrito cumprimento do estabelecido no presente caderno de encargos, designadamente no que se refere a toda a legislação aplicável ao pessoal ao seu serviço, à segurança, higiene e saúde e à qualidade.

8. As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na execução dos trabalhos devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respetivo plano.

#### **Cláusula 46.<sup>a</sup> – Horário de trabalho**

1. O concessionário pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, o comunique ao Município de Braga e obtenha autorização e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente.
2. A execução de trabalhos fora do horário de trabalho em incumprimento do estabelecido no número anterior, determina a possibilidade de o Município de Braga aplicar ao concessionário uma sanção contratual no valor de € 1.000,00 (mil euros), sem prejuízo da prerrogativa do Município determinar a destruição e repetição dos trabalhos executados caso não consiga aferir se os mesmos foram executados de acordo com as peças do procedimento e em conformidade com as regras da arte.
3. O concessionário obriga-se a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor.
4. O concessionário deve ter sempre no local da obra, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.

#### **Cláusula 47.<sup>a</sup> – Segurança, higiene e saúde no trabalho**

1. O concessionário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.
2. O concessionário é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.
3. No caso de negligência do concessionário no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o diretor de fiscalização da obra pode tomar, à custa dele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do concessionário.
4. Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o diretor de fiscalização da obra o exija, o concessionário apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos na cláusula 49.<sup>a</sup>.
5. O concessionário responde, a qualquer momento, perante o Município de Braga, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra.

## **Capítulo IV - Caducidade e resolução do contrato**

### **Cláusula 48.<sup>a</sup> – Caducidade e Resolução por parte do contraente público**

1. Constitui causa de caducidade do contrato de concessão do direito de uso privativo do espaço público para a instalação e exploração de pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos, o decurso do prazo respetivo.
2. Constitui causa de resolução do contrato:
  - a) O cumprimento defeituoso do contrato, quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo cocontratante;
  - b) O incumprimento do contrato, quando o adjudicatário faltar culposamente ao cumprimento do objeto do contrato ou de qualquer uma das suas obrigações, ou ainda quando, o mesmo se torne impossível, por causa que lhe seja imputável;
  - c) A cessão da posição contratual ou subcontratação sem obtenção prévia de autorização escrita da entidade adjudicante;
  - d) A recusa na entrega de informação referente à faturação, quando para tal tenha sido instado pelo Município de Braga, designadamente para efeitos de controlo dos valores devidos pelo uso privativo;
  - e) O incumprimento, por parte de adjudicatário, de quaisquer outras obrigações decorrentes do contrato e das disposições legais.
3. Nos casos previstos nos números anteriores não assiste ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização.
4. Findo o contrato de concessão, por qualquer motivo, o adjudicatário deverá no prazo de 45 dias úteis proceder à retirada dos equipamentos deixando o espaço livre e desocupado, sob pena de remoção coerciva, a expensas do ocupante.

### **Cláusula 49.<sup>a</sup> – Contratos de seguros**

1. O concessionário deverá, com a celebração do contrato de concessão, contratar e manter em vigor os seguros necessários e adequados a garantir uma efetiva e compreensiva cobertura dos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades integradas na execução da obra e da atividade a desenvolver durante o período da concessão.
2. Para além de outros exigidos por lei em vigor à data da celebração do contrato de concessão ou imposto por lei sucessiva, o concessionário contratará e manterá, à sua custa e sem franquia, desde a data da outorga do contrato e até à cessação de efeitos do contrato de concessão, o seguinte:
  - a) Seguro de responsabilidade civil cruzada, com o capital seguro correspondente a 100%, garantindo a indemnização de todos e quaisquer danos, pessoais e

patrimoniais sofridos por quaisquer pessoas, que venham a ocorrer no decurso da prestação contratual, por ação ou omissão do pessoal ou do equipamento do concessionário, dos subcontratados ou de terceiros a quem recorra por subcontratação, tarefa ou a quem autorize ou tolere a execução de trabalhos;

3. O Município de Braga pode exigir, em qualquer momento, cópias das apólices de seguro, bem como comprovativo da realização do respetivo pagamento.
4. Os seguros previstos no presente caderno de encargos constituem encargo único e exclusivo do concessionário ou dos seus eventuais subcontratados, em nada, porém, diminuindo ou restringindo as obrigações e as responsabilidades, legais e contratuais, do concessionário perante o Município e perante terceiros.
5. Caso o concessionário, devidamente interpelado para cumprimento do disposto no n.º 3, não apresente elementos que comprovem o cumprimento integral das obrigações prescritas no n.º 2 da presente cláusula, poderá o Município de Braga, aplicar uma sanção contratual pecuniária diária, em valor correspondente a 1 ‰ do valor total da faturação diária de todos os equipamentos, até efetivo cumprimento da obrigação imposta.

## **Capítulo V - Disposições finais**

### **Cláusula 50.<sup>a</sup> – Deveres de informação**

1. Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com as regras gerais da boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 10 (dez) dias após a ocorrência dos factos ou circunstâncias, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

### **Cláusula 51.<sup>a</sup> – Subcontratação**

O concessionário pode subcontratar as entidades, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes no Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 52.<sup>a</sup> – Cessão da posição contratual**

1. O direito de uso privativo do espaço público atribuído é pessoal e intransmissível, não podendo o concessionário ceder a sua posição contratual, no todo ou em parte, ou associar-se, seja sob que forma for, a outra entidade, salvo autorização expressa do

Município de Braga, mediante a apresentação de motivos ponderosos que fundamentem a cessão e demonstrem a impossibilidade do cumprimento do contrato até ao seu termo pelo concessionário.

2. Caso seja autorizada a cessão da posição contratual pelo Município de Braga, haverá lugar a emissão de nova licença, precedida de contrato de cessão da posição contratual entre o concessionário e quem o substitua, tendo este obrigatoriamente de se vincular expressamente as condições do presente caderno de encargos e obter as licenças que se mostrem necessárias à prossecução do objeto do presente procedimento.
3. O concessionário não pode ceder ou dar como garantia o contrato de concessão ou qualquer dos direitos ou obrigações nele estipulado, sem prévio acordo escrito da Autarquia, nos termos do disposto no artigo 577.º e seguintes do Código Civil.

#### **Cláusula 53.<sup>a</sup> - Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais**

1. O concessionário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo contraente público ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
2. Os dados pessoais a que o concessionário tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Município, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do contraente público.
3. O concessionário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Município, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, por este.
4. No caso em que o concessionário seja autorizado pelo contraente público a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.
5. O concessionário obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP), e na demais legislação aplicável, em particular o Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o prestador de serviços celebre com outras entidades por si subcontratadas.
6. O concessionário obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Município única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;
  - b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
  - c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
  - d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o Município esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
  - e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do Município contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
  - f) Prestar ao Município de Braga toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o contraente público informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
  - g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.
7. O concessionário será responsável por qualquer prejuízo em que o Município venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao concessionário, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o concessionário e o referido colaborador.
9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

#### **Cláusula 54.<sup>a</sup> - Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, nos termos do disposto no DL n.º 174/2019, de 13 de dezembro, com expressa renúncia a qualquer outro

#### **Cláusula 55.<sup>a</sup> - Comunicações e notificações**

1. As comunicações feitas durante a execução do contrato, entre o Município de Braga e o concessionário devem ser escritas e efetuadas preferencialmente por correio eletrónico.
2. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.

#### **Cláusula 56.<sup>a</sup> - Contagem dos prazos**

Os prazos previstos na fase de formação do contrato são contínuos, decorrendo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do artigo 470.º do CCP.

#### **Cláusula 57.<sup>a</sup> - Legislação aplicável**

Em tudo o que for omissa no presente contrato, observar-se-á o regime do Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

#### **Cláusula 58.<sup>a</sup> - Informação, sigilo e proteção de dados pessoais**

1. O concessionário deve prestar ao concedente todas as informações que este lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo o concedente satisfazer os pedidos de informação formulados pelo concessionário e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.
2. Compete exclusivamente ao concedente a satisfação do direito à informação por parte de particulares sobre o teor do contrato e quaisquer aspetos da respetiva execução, designadamente os que contenham informação qualificada como “Dado Pessoal”, tal como definida no n.º 1 do artigo 4.º do RGPD.
3. O concedente e o concessionário terão de ter sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.
4. Na execução do contrato e sem prejuízo da licitude do tratamento, o prestador de serviços, o seu pessoal e todas as entidades e pessoas que aquele utilize no cumprimento das obrigações assumidas com a celebração do contrato, obrigam-se à estreita observância do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais.



## **LISTA DE ANEXOS**

Anexo I – Quantidade, localização e tipo de equipamentos